

**X Encontro de Pós-graduação  
em História Econômica**

**Virtual**

**8ª Conferência Internacional  
de História Econômica**

**9, 10, 11 e 12 de novembro**

**2020**

**O fio condutor da AMFORP no Brasil: a atuação  
da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas  
Brasileiras entre choques de interesses (1940-  
1955)**

**Amanda Walter Caporrino**

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

### O fio condutor da AMFORP no Brasil: a atuação da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras entre choques de interesses (1940-1955)

Amanda Walter Caporrino<sup>1</sup>

#### Resumo

A inserção da estadunidense American & Foreign Power Company (AMFORP) no Brasil, em 1927, reflete a expansão das multinacionais que se consolidaram no setor de serviços públicos nos anos anteriores, especialmente na geração e distribuição de energia elétrica. Representando o conglomerado originado com a General Electric, a AMFORP obteve concessões na América Latina, Índia e China. No início da década de 1940, as suas associadas já atendiam a mais de 300 cidades no Brasil, o maior mercado da empresa. No cenário de regulação e embates políticos sobre o setor elétrico, formou-se a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), cuja atuação a tornou intermediária de interesses globais e locais. Enfocando os anos de 1940 a 1955, contexto de reconfiguração internacional e acentuada urbanização e industrialização no Brasil, o presente artigo visa contribuir com apontamentos de uma pesquisa ainda em andamento acerca do recorte pouco estudado até o momento, pautando-se em documentos gerados pela CAEEB no período.

**Palavras-chave:** energia elétrica; AMFORP; Brasil

#### Abstract

The insertion of American & Foreign Power Company (AMFORP) in Brazil, in 1927, reflects the expansion of multinational enterprises that had been consolidated in utilities in the previous years, especially generation and distribution of electric power. Representing the conglomerate originated with General Electric, AMFORP obtained concessions in Latin America, India and China. In the early 1940s, the Brazilian subsidiary companies already served more than 300 cities in Brazil, the enterprise's largest market. In times of regulation and political clashes over the electric sector, the Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) was formed, whose acting has made it an intermediary of global and local interests. Focusing on the years 1940 to 1955, period of international reconfiguration and sharp urbanization and industrialization in Brazil, this article aims to contribute with notes for a research still in progress on a topic little studied so far, based on documents generated by CAEEB in the period.

**Keywords:** Electric power; AMFORP; Brazil

## 1. Apresentação

Embora a descoberta científica da eletricidade remonte a experimentos no início do século XIX, a sua utilização prática dependeu do desenvolvimento de aporte técnico e financiamento. No limiar do século seguinte, o consumo de energia elétrica em massa e o largo emprego dessa força motriz no meio fabril elucidam bem a combinação entre ciência e processo produtivo que tanto caracterizou a denominada Segunda Revolução Industrial. No esteio, o avanço do capital industrial impulsionou a formação de novas configurações empresariais, que rapidamente tenderam à oligopolização e a internacionalização (Lorenzo, 1993, p. 30).

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo - USP.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

O início da eletrificação no Brasil ocorreu *pari passu* com as primeiras experiências na Europa e nos Estados Unidos, observando-se aqui a instalação de pequenas centrais térmicas ou hidráulicas para o fornecimento de iluminação elétrica (pública e residencial) e, em alguns casos, energia para fábricas. Entretanto, o país não detinha o controle do processo tecnológico nem dispunha de recursos suficientes, sendo a expansão da área de atendimento um resultado da inserção de empresas estrangeiras.

Nos anos 1920, delinear-se as características que o setor manteria nas décadas seguintes, com empresários nacionais e companhias municipais assumindo concessões menores enquanto dois grupos estrangeiros abocanhavam o fornecimento aos mais populosos e economicamente relevantes centros urbanos do país. Tratava-se da canadense The Brazilian Traction, Light & Power (Light), atuante nas capitais fluminense e paulista, e a estadunidense American & Foreign Power Company (AMFORP), dona de concessões em várias cidades brasileiras (Saes, 2010). Em 1930, as duas empresas eram responsáveis por aproximadamente 70% da energia elétrica gerada no país. (Saes; Sasse, 2012, p. 113).

A AMFORP iniciou seus negócios no Brasil em 1927, estendendo-os a 309 cidades até o final dos anos 1930. Em São Paulo, absorveu a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e passou a atuar num mercado em franco processo de urbanização e industrialização. Foi nessa conjuntura que surgiu a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), uma subsidiária com a finalidade de assessorar técnica, jurídica e comercialmente as concessionárias brasileiras.

Diferentemente da Light, os poucos estudos sobre a AMFORP são relativamente recentes e lidam com um “quebra-cabeça”, cujas peças foram moldadas por interesses globais e locais que nem sempre são fáceis de identificar e encaixar. De modo geral, utilizam como fonte principal os relatórios anuais produzidos pela sede da empresa em Nova Iorque (EUA), que informavam a posição geral de suas subsidiárias na América Latina e na Ásia. Entretanto, a dificuldade de acesso aos exemplares dos anos de 1940 a 1952 tem configurado um hiato acerca das práticas da empresa no Brasil no período.

Nesse sentido, o presente artigo visa registrar as considerações preliminares de uma pesquisa em andamento sobre a atuação da AMFORP no contexto brasileiro entre 1930 e 1964, enfocando por ora os anos de 1940 a 1955 e as ações desenvolvidas no Estado de São Paulo. Diante do mencionado entrave referente às fontes documentais no recorte pretendido, este estudo recorre a balanços, atas e relatórios publicados pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), por considerá-la a principal intermediária entre os múltiplos interesses estadunidenses e brasileiros em jogo.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

### **2. O contexto da American & Foreign Power Company (AMFORP)**

A invenção da lâmpada incandescente, em 1879, é a mais célebre contribuição de Thomas Alva Edison para o desenvolvimento da indústria da energia elétrica. Contudo, foi apenas o primeiro passo no domínio de grande parcela do setor. A patente lhe conferiu a possibilidade de fabricar um produto em escala industrial, cuja comercialização, porém, dependia do acesso do mercado consumidor à energia elétrica. Com esse propósito, o norte-americano construiu a central de Pearl Street (Nova Iorque), em 1881 – considerada a primeira usina de geração de eletricidade do mundo. Para garantir a distribuição, patenteou fios elétricos que podiam ser conectados uns aos outros em rede subterrânea e desenvolveu um medidor eletroquímico para cálculo do consumo.

A empresa Edison General Electric travou com a Thomson-Houston Electric Company e com a Westinghouse Electric Manufacturing Company (também fundadas na década de 1880) uma acirrada concorrência, o que, em meio à rápida evolução tecnológica, arrastou o setor para uma crise. Em 1892, a fusão da Edison com a Thomson-Houston originou a General Electric Company, monopolizando a tecnologia de fabricação de lâmpadas e outros equipamentos elétricos, com apoio do capitalista J. P. Morgan na diretoria. A companhia absorveu as subsidiárias que as duas haviam estabelecido anos antes na Inglaterra, Alemanha, Itália e França. Depois de 1896, outras companhias pequenas passaram para o controle da General Electric e da Westinghouse, estabelecendo-se assim um duopólio sobre o setor (Lorenzo, 1993, p. 34).

Vinculada à General Electric, surgiu a Electric Bond & Share Co. (EBASCO), em 1905, para administrar as concessões de serviços públicos nos Estados Unidos (geração e distribuição de energia elétrica, iluminação e transporte). Por sua vez, a ampliação do conglomerado, com investimentos na América do Sul e Caribe, originou a AMFORP, formada em 1923 como subsidiária da *holding* controlada pela EBASCO. Dois anos depois, a General Electric retirou-se do setor de produção de energia, distribuindo as ações da EBASCO entre seus acionistas, sem, no entanto, cortar os liames de modo definitivo, evidenciando a tendência da divisão da indústria elétrica nos ramos de geração e distribuição (CPFL, 1982, p. 83).

Para todos os efeitos, a função prioritária das duas empresas prestadoras de serviços públicos da General Electric (EBASCO e AMFORP) era a de justamente garantir mercados consumidores para a indústria de equipamentos elétricos do grupo (Hausman; Neufeld, 1997, p. 48). Atendiam também ao desígnio do governo estadunidense,

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

acreditando que por meio do investimento de suas multinacionais poderia manter um melhor entendimento entre o país e as repúblicas latino-americanas, consolidando uma área de influência norte-americana por meio da “diplomacia do dólar” (Saes; Sasse, 2012, p. 115).

Como consequência dessa política externa de crescente participação dos interesses econômicos por meio do controle financeiro, o volume de investimentos estadunidenses diretos no exterior dobrou entre o pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise de 1929, observando-se a relativa importância assumida pelo setor elétrico. Com apoio do governo dos Estados Unidos, a AMFORP abrangeu nesse período 11 países da América do Sul e Central, além de concessões na Índia e na China, alcançando, em 1937, a posição de maior empresa de serviços públicos no mundo em ativos investidos no exterior (US\$ 534 milhões), sendo seguida pela Light (US\$ 425 milhões) (Hausman; Hertner; Wilkins, 2008, p. 218).

### **3. O papel da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB)**

A AMFORP adquiriu as primeiras companhias no Brasil em 1927, ampliando o seu atendimento de 78 para 309 cidades até 1939. Nessa época, foram fundadas a Companhia Brasileira de Força Elétrica e a Empresas Elétricas Brasileiras para assessorar as 12 subsidiárias no país, o que representava 32 companhias concessionárias no início da década de 1940 (CAEEB, 1944, p. 7211).

<b>Tabela 01 - Concessionárias brasileiras da AMFORP – década de 1940</b>	
The Pernambuco Tramways e Power Co. Ltd	Recife
Telephone Company of Pernambuco Limited	Recife
Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil	Maceió e Natal
Companhia Energia Elétrica da Bahia	Salvador
Companhia Linha Circular de Carris da Bahia	Salvador
Companhia Central Brasileira de Força Elétrica	Vitória
Companhia Força e Luz de Minas Gerais	Belo Horizonte
Companhia Brasileira de Energia Elétrica	Niterói
Companhia Paulista de Força e Luz	Interior de São Paulo
Companhia Força e Luz do Paraná	Curitiba
The Rio Grandense Light and Power Syndicate. Ltd.	Pelotas
Companhia Energia Elétrica Rio Grandense	Porto Alegre

Fontes: CPFL (1982); Iannone (2006).

A AMFORP centralizou sua atuação no Brasil em torno da Empresas Elétricas Brasileiras, cuja denominação foi alterada, em 1941, para Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras. Consta que a finalidade era a “prestação de serviços

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

técnicos, comerciais e outros às companhias subsidiárias da AMFORP no país” (CAEEB, 1941, p. 20439). Entretanto, as fontes pesquisadas evidenciam que o papel da companhia extrapolou o de mera assessoria. De pronto, o desafio da AMFORP no Brasil foi administrar um vasto conjunto recém-adquirido de sistemas elétricos pouco eficientes, ligados a uma rede antiquada com variações de voltagem e frequência. No interior de São Paulo, por exemplo, o “*pool* energético” cobria uma área superior a toda a rede da Inglaterra, porém as unidades geradoras das associadas da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) não atingiam juntas 50.000 kW. (CPFL, 1982, p. 86).

A crise de 1929 evidentemente representou prejuízos enormes para a EBASCO, retraindo os investimentos da *holding* no exterior. Na esfera regional, a AMFORP lidaria, em seguida, com a crescente intervenção estatal nos países latino-americanos e o decorrente processo de regulamentação dos serviços de eletricidade. No cenário brasileiro, a promulgação do Código de Águas, em 1934, significou a transferência para a União da prerrogativa de concessão para aproveitamentos hidráulicos de geração e prestação dos serviços de energia elétrica (Corrêa, 2003, p. 63-64).

É válido ressaltar que essas atividades eram até então tarifadas pelos contratos entre companhias e municipalidades. Em outras palavras, a avocação da competência retirou os direitos conferidos pelo regime de acesso a capitais privados e os concentrou na esfera federal. No Estado Novo (1937-1945), ocorreu a estruturação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, cuja atuação revela uma intervenção estatal pragmática, especialmente pelas adaptações no uso do Código nas crises de escassez de energia e racionamento que vigoraram nos anos seguintes (Lima, 1989, p. 07-27).

De forma geral, as políticas relacionadas aos ramos considerados como essenciais para impulsionar o desenvolvimento econômico (siderúrgico, petrolífero e energético) elucidam bem os dilemas e mutações do nacional-desenvolvimentismo durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). No caso, o setor elétrico já avançava no período e concentrava as duas maiores filiais estrangeiras atuantes no Brasil (Light e AMFORP). Isto é, regular as atividades dessas empresas significava provocar choques de interesses, muitos dos quais já consolidados há anos nas mais diversas camadas políticas e econômicas do país (Bastos, 2006, p. 243).

Algumas práticas da AMFORP via CAEEB no período indicam os tipos de estratégias da subsidiária multinacional nesse cenário. Em relatório, a diretoria declarou:

Desejamos, antes de tudo, salientar que, em maio de 1943, todas as ações de que se compõe o capital social desta Companhia foram

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

adquiridas por 32 empresas, que operam serviços públicos neste país e, às quais, esta companhia já prestava há vários anos e continuará prestando serviços técnicos comerciais e outros. As ditas ações eram anteriormente de propriedade de uma sociedade anônima estrangeira e diversas pessoas físicas. As novas acionistas exploram serviços de força, luz, transporte coletivo, telefone, gás e outros em mais de 300 localidades no Brasil, com uma população estimada de cinco milhões de habitantes. (CAEEB, 1944, p. 7211)

Observa-se que as concessionárias tornaram-se acionistas da CAEEB, mantendo denominação e identidade próprias. Ademais, o excerto do relatório cita “sociedade anônima estrangeira”, sem mencionar nominalmente a AMFORP ou a EBASCO. Além de manter o clima organizacional favorável, essa postura criava uma empresa “guarda-chuva”, cujo termo “Brasileiras” esboçaria a tentativa de desvencilhar a prestação de serviços da multinacional estadunidense. Nada mais lógico do que padronizar a atuação das associadas espalhadas pelo país – cada qual com particularidades e dificuldades – sob um “denominador comum”, a fim de garantir maior controle dos negócios, ampliar o poder de barganha e evitar percalços diante do cerco legal e político que se formava. Em 1946, a diretoria da CAEEB também enfatizou:

Esta Companhia se incumbe dos entendimentos com os poderes públicos federais necessários ao normal desempenho das atividades das Companhias associadas, notadamente com o Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica e com a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura. Não raro os poderes públicos se dirigem a esta empresa para, por seu intermédio, notificar as empresas associadas, principalmente quando se trata de assuntos de natureza geral e de providências a serem tomadas por todas elas. (CAEEB, 1946, p. 6031)

Em 1942, com exceção de Thomas George Mackenzie (canadense), a maioria na diretoria da CAEEB era de estadunidenses residentes no Rio de Janeiro, a então capital federal. Grande parte foi reeleita no período enfocado, dentre os quais William Frazier Routh e Grant Oberlim Hylander (CAEEB, 1941-1956). Não surpreende que a companhia tenha mantido acionistas norte-americanos como diretores para cuidar diretamente dos assuntos de interesse da matriz multinacional, enquanto se amparava na atuação de agentes brasileiros para facilitar o “tráfico de interesses” nos meandros locais. Nesse

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

sentido, uma assembleia realizada em 1943 deliberou sobre a criação de um Conselho Consultivo. Dentre os conselheiros eleitos por escrutínio secreto estava Eugenio Gudin (CAEEB, 1943, p. 10074-10076).

Eugênio Gudin era formado em engenharia civil e iniciou sua carreira em 1909, com a construção da barragem do Acarape, no Ceará. Em Pernambuco, integrou as tratativas da Dodsworth & Cia na disputa pela concessionária recifense que originou a empresa The Pernambuco Tramways e Power Co. Ltd. (futura associada da AMFORP), acumulando as funções de engenheiro, sócio e “intérprete”. Na experiência nordestina, Gudin saltou de “engenheiro tocador de obras” para as funções de “alto executivo”, embrenhando-se “na arena sinuosa das decisões administrativas, no trato com executivos de outras empresas e nos contatos com as lideranças do poder público. Habitou-se ao linguajar prolixo dos advogados e aos mistérios contábeis da banca” (Scalercio; Almeida, 2012, p. 39). Desde então, grupos empresariais o contrataram para desempenhar o papel de executivo, como a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), em meados da década de 1930, logo que a AMFORP assumiu seu controle acionário.<sup>2</sup>

Conforme o relatório da CAEEB de 1955, Eugênio Gudin ocupou o cargo no Conselho Consultivo até o ano anterior, quando foi nomeado Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no interregno de Café Filho (1954-1955). Em relação à CPFL, manteve-se na presidência da Administração Colegiada até 1964, posição que ocupava desde 1942. É válido lembrar que este foi o ano no qual também integrou a delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos, buscando alinhamento com os planos norte-americano (White) e britânico (Keynes) nas negociações que culminaram no acordo internacional de 1944.

Na época, as restrições financeiras impostas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) radicalizavam o conflito entre oferta e demanda de energia elétrica no Brasil, num contexto em que os avanços da urbanização e da industrialização não eram acompanhados por investimentos em geração de eletricidade. Nessa conjuntura, os choques entre Estado e capital estrangeiro travaram embates políticos e transações diplomáticas, que reconfiguraram o setor elétrico brasileiro nas décadas seguintes.

---

<sup>2</sup> A CPFL contava com Eugenio Gudin na função de engenheiro-executivo para articular as relações entre os empresários americanos e brasileiros, assim como para representa-la perante as autoridades de diferentes esferas de poder do país numa conjuntura de acelerada urbanização e industrialização. Gudin “exibia farta experiência na área, daí a sua utilidade. Ao mesmo tempo, ocioso dizer, Gudin vestia a carapuça de intérprete, pois os americanos, como de costume, são monoglotas impenitentes e os empresários e líderes políticos brasileiros, na época, não ficavam atrás” (Scalercio; Almeida, 2012, p. 40).



#### **4. Apontamentos sobre a atuação da subsidiária no período focado**

Como já se cogitava, as atas e relatórios da CAAEB publicados no início da década de 1940 são permeados por questionamentos às disposições do Código de Águas e legislação correlata. Em termos práticos, a regulamentação implicou na perda do controle sobre os preços dos serviços e no cerceamento à rentabilidade das empresas estrangeiras, com a proibição da cobrança de parte das tarifas em ouro (cláusula ouro), mecanismo que minimizava as consequências das desvalorizações e o custo das operações relativas a importações.

Outro fator que impunha obstáculo ao aumento de receitas era a limitação dos lucros a 10% do denominado custo histórico dos investimentos das empresas. A resistência das companhias e a incapacidade do governo em efetuar o tombamento de bens e instalações impossibilitavam o levantamento dos valores de capital investido e o cálculo da remuneração alcançada pelas empresas, condição indispensável para a aplicação do princípio do custo histórico como base das tarifas (Lima, 1989, p. 36). A indefinição atravessou os anos 1940, noticiando-se, em 1953, um projeto de lei elaborado pelo Conselho Nacional de Economia destinado a “regular os serviços de eletricidade, inclusive no tocante à remuneração do capital neles investidos” (CAEEB, 1953, p. 7194).

É possível que a demora no estabelecimento do custo histórico ocorresse por outras razões além das elencadas (resistência das empresas e incapacidade do governo), assunto que demanda maior investigação. Uma hipótese seria que a indefinição atendia simultaneamente a governos e empresas, viabilizando a mencionada “intervenção estatal pragmática” no compasso das circunstâncias, conforme alude o relato:

Como é do conhecimento geral, o (...) Código de Águas proibia as empresas de eletricidade de obter qualquer aumento nos preços dos serviços públicos fornecidos enquanto não se procedesse à revisão dos contratos existentes. É com satisfação que registramos haver o Governo Federal, no seu alto descortino, reconhecido a necessidade de atenuar essa proibição, o que fez pelo art. 5º do Decreto-lei nº 5.761, de 19 de agosto de 1943, em virtude do qual se permitiu, mediante certas condições, o reajustamento das tarifas dos serviços de eletricidade. (CAEEB, 1944, p. 7213)

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Nesses termos, os critérios do “custo histórico” ou “serviço pelo custo” cediam lugar ao princípio da “semelhança e razoabilidade”, fixado em 1943. Segundo tal preceito, o reajuste das tarifas levariam em conta o comportamento dos componentes dos custos e a comparação com outras empresas, favorecendo as concessionárias estrangeiras. Como não foram realizados estudos sobre o valor dos ativos fixos, o novo critério homologou uma base tarifária não submetida aos padrões estipulados pela legislação. Diante do poder econômico e político das empresas estrangeiras, “é de se supor que se tenha homologado um nível tarifário bem maior do que os princípios originais do Código de Águas” (Castro, 1985, p.91).

Sem adentrar controvérsias políticas e acadêmicas sobre o tema, convém pontuar que o setor elétrico refletia as oscilações que foram próprias do nacional-desenvolvimentismo do governo Vargas. Em linhas gerais, o ideário estabelecia o vínculo entre o interesse nacional e o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado de novas atividades econômicas (particularmente industriais), associadas à diversificação do mercado interno, superando a especialização primário-exportadora. Grosso modo, o nacionalismo varguista defendia a intervenção para o desenvolvimento e seus objetivos modificaram-se ao longo dos anos, desde a regulação à distância do mercado até a criação de empresas estatais (Bastos, 2006, p. 241-242).

No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, o setor de energia elétrica no Brasil foi palco de conflitos gerados pela necessidade de se garantir o desenvolvimento da infraestrutura necessária ao processo de substituição de importações e os interesses das companhias estrangeiras e dos Estados Unidos. As disputas entre nacionalistas (protecionistas) e privatistas (liberais) acirraram-se nessa época.<sup>3</sup> Dentre as divergências no cerne das instituições públicas, Eugenio Gudín (Comissão de Planejamento Econômico), entre 1944 e 1945, dividiu a arena com o industrial Roberto Simonsen (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial) na célebre controvérsia.

Cumprir destacar, entretanto, que nesse período a política externa dos Estados Unidos foi a variável decisiva nos projetos de política econômica dos governos brasileiros, condicionando, inclusive, a viabilidade dos planos para o setor elétrico. O Brasil vivenciava a retomada da democracia sob o governo de Eurico Dutra (1946-1951) enquanto assistia a ascensão da nação norte-americana como centro dos países

---

<sup>3</sup> Os nacionalistas defendiam o aperfeiçoamento da regulação e maior participação do Estado, enquanto os privatistas propunham medidas de caráter liberal, culpando o Código de Águas pelos problemas no setor.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

capitalistas. Fazia-se necessário, internamente, caminhar rumo ao sistema político democrático e, no cenário internacional, seguir os acordos travados em Bretton Woods em direção ao novo sistema monetário internacional (Saes, 2014, p. 10).

O governo Dutra lidou inicialmente com a questão inflacionária, apoiando-se em uma série de medidas de caráter liberal.<sup>4</sup> Em oposição ao protecionismo conferido à indústria nacional no Estado Novo (regime de licença prévia para importação), a pauta visava estabelecer as condições necessárias para que o afluxo de capitais estrangeiros retomasse níveis elevados, garantindo a estabilidade de preços internos e as remessas de lucros para as empresas. A diretoria da CAEEB exprimiu a perspectiva das concessionárias estrangeiras ao afirmar que

a Constituição Federal de 1946 adotou critério mais liberal no tocante ao investimento de capitais estrangeiros em serviços de eletricidade, facilitando a ação das empresas associadas no sentido de atenderem com maior eficiência às zonas por elas servidas (CAEEB, 1947, p. 5265).

Contudo, a aposta de Dutra na captação de recursos externos por meio da assistência oficial dos Estados Unidos deparou-se com a mudança de prioridades na política externa norte-americana (Vianna, 2014, p. 114). A atenção estadunidense voltava-se para a reconstrução da Europa devastada pelo conflito bélico e a disputa com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), desfazendo a suposta autonomia política ou poder de barganha alcançada pelo primeiro governo Vargas, sobretudo durante o Estado Novo. Ao Brasil, restaria “as tradicionais tratativas da política comercial, limitando a discussão a eventuais acordos bilaterais” (Saes, 2014, p. 13).

A cooperação estabelecida nessa nova conjuntura liquidava com as pretensões nutridas, em 1942, pelo relatório da Missão Cooke.<sup>5</sup> Ao pontuar os principais obstáculos à industrialização brasileira, o documento tratou de questões ligadas à educação, indústria e infraestrutura. No caso do setor elétrico, a comissão responsável abriu espaço para a intervenção do Estado, desde que adotasse uma postura complementar aos grupos privados já estabelecidos no país (Castro, 1985, p. 132). Ademais, o relatório recomendou ao governo estadunidense o apoio a dez projetos relacionados a usinas geradoras de

---

<sup>4</sup> A exceção cabe ao Plano Salte, que visou a coordenação dos gastos públicos com foco nos setores de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, prevendo investimentos entre 1949 e 1953. Aprovado somente em 1951, teve implementação fragmentária e foi abandonado no ano seguinte (VIANNA, 2014, p. 114).

<sup>5</sup> Comissão norte-americana enviada ao Brasil em 1942 sob a chefia de Morris Llewellyn Cooke, cuja idealização partiu do governo brasileiro, sendo imediatamente aceita pelo governo norte-americano.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

energia que seriam consumidoras de equipamentos elétricos produzidos nos Estados Unidos, dentre os quais a construção da central hidrelétrica Avanhandava, no oeste de São Paulo (Saes, 2014, p. 08).

Na época, o amplo conglomerado amealhado pela AMFORP no Brasil desde o final de década de 1920 apresentava razoável uniformização, em grande parte devida à estratégia da multinacional em estimular mecanismos padronizadores na prática cotidiana. Assim, a EBASCO preparou para as suas empresas em 11 países latino-americanos e na China um programa e uma série de normas técnicas para nortear todos os passos de suas subsidiárias. No Brasil, a CAEEB integrou vários de seus técnicos à EBASCO e preparou o conjunto de diretrizes, recicladas periodicamente, para todas as empresas em sua área de concessão. Foi o caso da estreita identificação entre a Companhia Paulista de Força e Luz e as outras 22 empresas do grupo em São Paulo, cujo processo de incorporação concretizou-se em 1947 (CPFL, 1982, p. 91).<sup>6</sup>

Um olhar atento sobre a região permite verificar que a dinâmica das ferrovias no período recaía sobre a área atendida pela AMFORP, possibilitando relativa justaposição entre as expansões férreas e elétricas. Pioneira na eletrificação ferroviária, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro foi, inclusive, uma das principais compradoras da General Electric Company no Brasil. Percorrendo as rebarbas campineiras e piracicabanas, a ferrovia expandia o seu tronco-oeste nas décadas de 1940 e 1950, com prolongamento em bitolas padronizadas e linhas eletrificadas dos ramais de Bauru, Jaú e Agudos, áreas justamente abrangidas pela CPFL.

Nesse sentido, a importância do mercado brasileiro e a sua posição estratégica no cenário internacional impediram que o país fosse completamente alijado da política externa dos Estados Unidos no período. Mais especificamente, o Brasil mantinha-se como um mercado relevante devido à intrínseca relação do setor elétrico brasileiro com o capital norte-americano e seus acionistas, além de ser um importador de equipamentos de empresas como a General Electric.

### **5. A questão do financiamento entre choques de interesses nacionais e externos**

---

<sup>6</sup> No processo de incorporação, a CPFL abarcou quase um terço do estado de São Paulo (155 municípios), além de duas cidades mineiras. Três anos depois do início da incorporação, a CPFL era a mais importante concessionária da AMFORP e um dos mais extensos sistemas interligados da América do Sul, abastecendo os principais centros regionais em processo de industrialização do Brasil (CPFL, 1982, p. 91-92).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Desde o final da Segunda Guerra, a política externa dos Estados Unidos sinalizava que as necessidades de capital dos países da América Latina deveriam ser supridas principalmente por fontes privadas de financiamento, cabendo ao Brasil a criação das condições favoráveis ao ingresso de capitais privados. Essa postura foi explicitada à medida que aumentavam as solicitações brasileiras de auxílio referentes, dentre outros, aos pontos de estrangulamento nos setores de transporte e energia (Vianna, 2014, p. 115). Um dos marcos na definição das relações estabelecidas entre os dois países a partir daquele momento foi a Missão Abbink (1948). Valendo-se nos estudos da Missão Cooke (1942), o documento teceu recomendações para o desenvolvimento do Brasil, que incluíam atrair um fluxo maior de capital privado estrangeiro (Saes, 2014, p. 14-15).

A essa altura, as subsidiárias brasileiras da AMFORP já intensificavam as manobras para ampliar a obtenção de crédito no exterior. Para financiar as despesas em moeda estrangeira (previstas no programa de construções de 1948-1949), os representantes das associadas entabularam negociações com o Export-Import Bank (Eximbank)<sup>7</sup> a fim de obterem um empréstimo inicial de mais de US\$ 8,2 milhões. Antes de firmar contrato, porém, a diretoria do banco solicitou manifestação acerca da conveniência do empréstimo, desejando obter prioridade de câmbio. A CAEEB submeteu o pedido ao Ministro da Fazenda que, com o consentimento do Presidente do Brasil, declarou a simpatia “pela operação projetada, tendo a Superintendência da Moeda e do Crédito concedido, a seguir, a prioridade cambial solicitada” (CAEEB, 1949, p. 5917).<sup>8</sup>

O relatório seguinte da CAEEB traçou uma retrospectiva do financiamento no quinquênio anterior, informando que o Eximbank pretendia viabilizar a conclusão do programa de construção iniciado após o término da guerra, por meio de crédito a companhias associadas (mediante estudo prévio dos projetos) no valor aproximado de US\$ 7,6 milhões. Os recursos custearam maquinário e equipamentos importados, inicialmente financiados por adiantamentos em dólares feitos pela AMFORP (CAEEB, 1950, p. 6628).

---

<sup>7</sup> O Export-Import Bank (Eximbank) é uma agência créditos dos Estados Unidos estabelecida, em 1934, com a finalidade de facilitar o financiamento de exportações de produtos e serviços norte-americanos num contexto de retração dos investimentos. Originalmente, o capital da agência provinha da Reconstruction Finance Corporation (1932-1957), organização estatal que prestou apoio aos governos estadunidenses e financiou ferrovias, instituições financeiras e empresas.

<sup>8</sup> O valor representava uma parcela das despesas em moeda estrangeira a serem feitas para a execução do plano, sendo todos os recursos destinados, exclusivamente, “ao pagamento de materiais, equipamentos e serviços a ser feito no estrangeiro” (CAEEB, 1949, p. 5917).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

A AMFORP obteve empréstimos significativos junto ao Eximbank durante o governo Dutra, contando também, em 1950, com um repasse no valor de US\$ 15 milhões do Banco Mundial.<sup>9</sup> O mesmo ocorreu com a Light, contemplada no ano anterior com o primeiro empréstimo do Banco Mundial para o Brasil (US\$ 75 milhões), destinado à expansão das operações de várias subsidiárias, e mais US\$ 15 milhões em 1951 (Bastos, 2006, p. 264-268). Juntas, as duas empresas receberam no período somas de empréstimos maiores do que qualquer outro setor da economia brasileira (Saes; Sasse, 2012, p. 125).

Para financiar o programa de ampliações das associadas, cujo total na época ultrapassava Cr\$ 3,3 bilhões, também se buscou a captação de recursos no mercado interno. Em relatório, a CAEEB enfatizou que as obras exigiam

considerável investimento em moeda nacional, estando de pé o problema do levantamento de uma parcela substancial dessa quantia no mercado interno, nem só como auxílio ao financiamento a ser provido por diligência do acionista principal, como também a título de demonstração de confiança no empreendimento e de simpatia do público e dos consumidores pelas obras projetadas, as quais redundarão nitidamente em seu maior benefício. (CAEEB, 1949, p. 5917)

Quase sempre as estratégias nesse sentido esbarraram em óbices jurídicos. Em 1948, as condições do mercado interno de títulos continuavam insatisfatórias e a solicitação da CAEEB para que os institutos e caixas de aposentadoria e pensões fossem autorizados a investir uma parte de suas reservas em empréstimos a empresas de serviços públicos não fora concedido pelo governo após consulta aos Ministérios da Fazenda e do Trabalho (CAEEB, 1949, p. 5917).

No quinquênio pós-guerra, as companhias associadas investiram quase um bilhão de cruzeiros em obras destinadas a aumentar a geração e melhorar o serviço de fornecimento. No período, as inversões de capital feitas anualmente ultrapassaram Cr\$ 256 milhões, o valor do capital fixo das empresas do grupo foi acrescido de 47% e a capacidade instalada aumentou 53% (86.578 kW). Em 1949, prosseguiram os estudos

---

<sup>9</sup> Com sede na capital dos Estados Unidos, o Banco Mundial é uma instituição financeira que atua em conjunto com as Nações Unidas (ONU), realizando empréstimos a países em desenvolvimento. Dentre as organizações que o compõem está o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD ou BIRD), fundado em 1944. Sua atuação também se relaciona os trabalhos do Fundo Monetário Internacional (FMI), organização internacional criada, em 1944, na Conferência de Bretton Woods, e fundada oficialmente no ano seguinte. Com o objetivo inicial de auxiliar na reconstrução do sistema monetário internacional no período do pós-Segunda Guerra Mundial, foi reconfigurado ao logo das décadas subsequentes.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

referentes a uma maior expansão da capacidade geradora e melhoramento de sistemas de transmissão e distribuição, assim como o aproveitamento de novos potenciais hidrelétricos e instalação de termelétricas (CAEEB, 1950, p. 6628).

A CAEEB previu um programa extenso para os anos de 1951-1956, cujo dispêndio foi avaliado em Cr\$ 1,6 bilhão. Um terço seria custeado em moeda estrangeira e o restante em moeda nacional para aquisição de materiais, mão-de-obra e serviços realizados dentro e fora do país. A diretoria pontuou que as associadas intensificaram a colocação de ações no mercado interno, de modo que o produto dessas operações pudesse ser empregado ou reinvestido na expansão dos serviços. No entanto, relatou em seguida que “devido às condições peculiares do nosso mercado de títulos e a outras circunstâncias inerentes às condições em que operam as empresas de eletricidade, não se pode esperar demasiado dessa espécie de financiamento” (CAEEB, 1950, p. 6628).

Em 1951, a questão do financiamento continuava um sério obstáculo, principalmente os recursos em moeda nacional. Além das dívidas dos poderes públicos perante as concessionárias associadas (problema reiteradamente considerado), os relatórios indicam a ausência de apoio das instituições de crédito brasileiras. A CAEEB havia representado as associadas junto ao Banco do Brasil, solicitando um empréstimo de Cr\$ 400 milhões. A instituição reconheceu o mérito da transação e o interesse público envolvido, mas informou não ser possível atender à solicitação (CAEEB, 1951, p. 7285).

A situação mudaria com o estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ao menos no que tangia ao financiamento em moeda estrangeira. Criada em 1951, a Comissão derivou das negociações relacionadas ao plano do governo norte-americano de assistência técnica para a América Latina, conhecido como Ponto IV (1949).<sup>10</sup> Na época, um comitê integrado por Eugênio Gudín averiguou as prioridades, elegendo os setores de agricultura, energia e transporte. A Comissão pautou-se nas missões Cooke e Abbink, aprovando 41 projetos do Plano de Reparelhamento Econômico do governo brasileiro, orçado em Cr\$ 22 bilhões (D’Araújo, 2004).

As recomendações foram oficializadas em um plano quinquenal de desenvolvimento e repercutiram na fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES), instituição encarregada de investir e de gerir os

---

<sup>10</sup> Proferido, em 1949, pelo presidente dos Estados Unidos Harry Truman, o denominado “Ponto IV” preconizava a disseminação dos avanços científicos e industriais para países subdesenvolvidos. Evidentemente, não era o bem-estar destes que mais importava, tendo-se em vista que o aumento do poder aquisitivo dessas nações culminaria em maior demanda por produtos norte-americanos. (Saes, 2014, p. 18).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

recursos captados no Brasil ou junto ao Eximbank e ao Banco Mundial. Ao final, foram concedidos US\$ 181 milhões pelos bancos norte-americanos e nem todos os projetos foram financiados. Em 1954, a Comissão Mista apresentou seu relatório final ao então Ministro da Fazenda, Eugênio Gudín, já no governo Café Filho (D'Araújo, 2004).

De qualquer modo, o primeiro e maior empréstimo aprovado a partir dos trabalhos da Comissão Mista foi o repasse de mais de US\$ 41,1 milhões, concedido pelo Eximbank à AMFORP (CAAEB, 1953, p. 7194), conforme atesta a autorização do governo brasileiro, publicada no Diário Oficial, em 1952:

Aprovo as conclusões e recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no tocante ao projeto de ampliação das instalações de energia elétrica das Empresas Elétricas Brasileiras e que prevê a obtenção de um empréstimo de US\$ 41.571.000,00. O plano aprovado visa à expansão e melhoramento dos serviços de energia elétrica de regiões do norte e centro de São Paulo, de Curitiba, da parte central do Estado do Rio de Janeiro, inclusive Niterói, de Belo Horizonte, Natal, Maceió, Salvador, e do Estado do Espírito Santo. O programa das Empresas Elétricas Brasileiras se enquadra nos planos gerais de desenvolvimento da produção de energia elétrica no Brasil. (BRASIL, 1952, p. 9459)

Além desse empréstimo, o programa do quinquênio 1951-1956 foi financiado pelo BNDE e por recursos próprios das associadas, complementados por investimentos da AMFORP (CAEEB, 1958, p. 11172). Foram incluídos os trabalhos no “Aproveitamento Hidrelétrico de Peixoto”, no Rio Grande, divisa entre São Paulo e Minas Gerais (CAEEB, 1953, p. 7192). As obras da Usina de Peixoto, a cargo da CPFL, foram inspecionadas, em 1955, por Henry Sargent e G. O. Hylander (presidente e vice-presidente da AMFORP). A inauguração ocorreu dois anos depois, na presença de Juscelino Kubitschek e Eugênio Gudín (CAEEB, 1958, p. 11172).



## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica



Figura 01. Inspeção nas obras de construção do Aproveitamento Hidrelétrico do Peixoto pelo presidente e vice da AMFORP, Henry Sargent e G. O. Hylander, em 1955. Acervo da CPFL. Figura 02. Juscelino Kubitschek e Eugenio Gudín na inauguração da UHE Peixoto, em 1957. Acervo Jornal O Globo.

Contando com duas unidades geradoras de 40.000 kW e instalações para receber outras duas, a Usina Hidrelétrica de Peixoto foi uma das maiores do mundo e a sua construção dificilmente teria acontecido sem os empréstimos concedidos pelo Eximbank e os investimentos da AMFORP no período. O dilema do segundo governo Vargas (1951-1954) residia justamente no fato de que o processo de industrialização no Brasil deveria seguir as diretrizes da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujo relatório final reiterava a orientação privatista da Missão Abbink.

Na verdade, o conflito estava colocado desde o início da “cooperação internacional”, tendo em vista que Vargas pretendia contar com recursos externos, sem que a dependência financeira implicasse em perda de autonomia decisória. Nesse sentido, as primeiras solicitações ao Banco Mundial após a instituição da Comissão Mista referiram-se a empresas públicas fundadas nos anos anteriores, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). A atitude revela o anseio de expandir a capacidade de geração por meio de atividades estatais com financiamento internacional. Contudo, os bancos norte-americanos pretendiam reforçar a posição do capital estrangeiro no setor elétrico do país, com apoio das seções brasileira e estadunidense da Comissão. Para isso, dispunham de uma argumentação política decisiva: o poder financeiro (Bastos, 2006, p. 262-265).

A resistência do governo varguista à participação estrangeira no setor elétrico manifestou-se, inclusive, na demora em aprovar o primeiro empréstimo, isto é, o repasse dos US\$ 41,1 milhões do Eximbank à CAEEB, em 1952. A diplomacia estadunidense interveio, condicionando a liberação de qualquer outro empréstimo norte-americano para os projetos da Comissão Mista se a aprovação não ocorresse até 31 de junho daquele ano.

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Restou o impasse entre autorizar um empréstimo que contrariava seus projetos nacionalizantes ou arruinar esses projetos por conta do “esquema financeiro armado para superar ‘cooperativamente’ os estrangulamentos de infraestrutura básica” (Bastos, 2006, p. 268). Diante das imposições financeiras e pressões diplomáticas, Vargas recuou nos primeiros dias de junho, conforme registra a publicação oficial inserida anteriormente.

Pouco depois, a cooperação bilateral seria rompida no governo do presidente estadunidense Dwight Eisenhower (1953-1961), restando comprometidos os projetos não financiados até aquele momento. Sem alternativas para tocar o desenvolvimento do setor elétrico nos marcos do nacional-desenvolvimentismo, o governo Vargas elaborou as bases do Fundo Federal de Eletrificação (1954) com o objetivo de buscar financiamento em fontes internas. A medida foi aprovada no ano seguinte e culminou na formação da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), em 1962 (Saes, 2014, p. 30).

Em meados dos anos 1950, persistia a disparidade entre os investimentos no setor elétrico brasileiro e a crescente demanda por energia, o que causou crises no fornecimento e frequentes racionamentos. A conjuntura impulsionou o surgimento de empresas de economia mista com participação majoritária do Estado, como a mencionada CHESF, visando incrementar o fornecimento de energia. Em São Paulo, por exemplo, foram criadas por lei a Usinas Elétricas do Paranapanema-USELPA (1953) e a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo-CHERP (1954), cuja fusão com mais nove empresas originou a Centrais Elétricas do Estado de São Paulo (CESP), em 1966. Era o início do processo de estatização do setor que se consolidaria na década seguinte.

Na outra ponta, as empresas estrangeiras gradualmente se concentraram nas atividades de distribuição de energia elétrica. Caso da interligação dos sistemas da AMFORP no Recife, na Bahia e em Maceió com a Usina de Paulo Afonso (CHESF), o que significou a supressão integral (prevista ou já efetivada) da produção própria de energia termelétrica (CAEEB, 1956, p. 8212). De fato, os gargalos na infraestrutura, os impasses tarifários e a questão cambial arrefeceram o interesse das empresas estrangeiras na manutenção de grandes aportes financeiros no setor elétrico brasileiro, desviando seus esforços para a distribuição, atividade menos onerosa e mais rentável do sistema.

O conceito de “pacto de clivagem” explicaria essa tendência de divisão do setor elétrico entre geração, transmissão e distribuição (Castro, 1985). A intervenção do Estado priorizou investimentos na geração de energia, com a construção de usinas hidrelétricas em regiões estratégicas, o que foi positivo para as empresas privadas já que não precisariam mobilizar quantidades elevadas de capital, podendo assim dedicar-se à parte

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

mais rentável da cadeia do setor elétrico: a distribuição.<sup>11</sup> Ademais, os planos governamentais (especialmente o Plano Nacional de Eletrificação, de 1954) desestimularam as empresas privadas a novos investimentos na geração de energia elétrica (Castro, 1985, p. 03-05). Mesmo o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)<sup>12</sup> não induziu a grandes projetos. Nas palavras do presidente da AMFORP:

Tenho a satisfação de informar que os governos do Brasil, Chile e México iniciaram programas e licenças destinados a colocar a indústria de energia elétrica em uma base econômica sólida a fim de conseguirem atrair a grande quantidade de capital necessária para expandir e atender à crescente demanda por energia elétrica nesses países em desenvolvimento rápido e progressivo. As grandes despesas com construções que projetamos para os três países estão contingenciadas até a implementação desses programas. (AMFORP, 1956, p. 03)

Em 1956, a AMFORP chegou a apresentar novo projeto de expansão de geração elétrica, com custos orçados em US\$ 250 milhões e previsão de aumento de 421.500 kW de potência instalada até 1962, praticamente dobrando a capacidade de fornecimento. O Eximbank concedeu um empréstimo de aproximadamente US\$ 40 milhões para a compra de equipamentos estrangeiros. Porém, o projeto só foi parcialmente cumprido, com a ampliação de 156.900 kW (Saes; Sasse, 2012, p. 128-129).

De fato, a Usina Hidrelétrica de Peixoto foi o maior e também o último grande empreendimento da AMFORP desde a sua inserção no Brasil. Além das perdas relativas às expropriações de sua subsidiária em Cuba com a revolução deflagrada naquele país em 1959, a empresa ainda encarou no mesmo ano a encampação de sua concessionária do Rio Grande do Sul, em meio a movimentações de cunho nacionalista.<sup>13</sup> Em 1962, o abalo ocorreria no Nordeste, em relação aos bens da subsidiária de Recife.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Caso da AMFORP em relação à CHESF, por agregar fornecimento ao seu sistema sem precisar construir um complexo do porte da UHE de Paulo Afonso.

<sup>12</sup> O Plano de Metas previa investimentos em cinco áreas distintas (energia, saúde, transporte, alimentação, educação e indústrias de base), sendo 71,3% dos recursos direcionados para setores de infraestrutura estratégicos para o desenvolvimento urbano e industrial do país (Saes; Sasse, 2012, p. 128).

<sup>13</sup> A encampação da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), em 1959, decorreu da posição nacionalista do então governador Leonel Brizola, que expropriou a concessionária por Cr\$ 1,00.

<sup>14</sup> Em 1962, uma intervenção judicial pleiteou a reversão gratuita dos bens da The Pernambuco Tramways Power Co. para o governo estadual no final do contrato de concessão. (Saes; Sasse, 2012, p. 131-133).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

Sabendo que uma reversão no quadro seria improvável, a AMFORP decidiu se antecipar e minimizar as perdas. Assim, em 1961, apresentou ao governo brasileiro uma proposta de venda das 11 concessionárias restantes e solicitou apoio estadunidense sob a alegação de temer mais prejuízos, a exemplo do caso cubano. A relação do Brasil com a economia internacional tinha sido promissora no governo Kubitschek, mas estava estremecida desde 1959, quando o país declarou moratória (Saes; Sasse, 2012, p. 132). Na posição de credor, os Estados Unidos detiveram vantagem nos debates sobre a expropriação da empresa. As negociações arrastaram-se no início do governo João Goulart (1961-1964), envolvendo questionamentos nacionalistas e relações diplomáticas<sup>15</sup>, perdurando até 1963, quando a AMFORP saiu definitivamente do Brasil.

### **6. Considerações finais**

O artigo pretendeu demonstrar facetas da atuação da AMFORP no Brasil nos anos 1940 e 1950, com base em atividades desenvolvidas pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras no período. Estabelecida num contexto nacional-desenvolvimentista de forte imbricação no setor elétrico, a CAEEB extrapolou as funções de mera assessoria ao imprimir noção de conjunto às concessionárias brasileiras amealhadas pela multinacional estadunidense, uniformizando e blindando suas estratégias diante do cerco que se fechava em torno das empresas estrangeiras. Para tanto, buscou “brechas” e oportunidades, mediante consolidação de um arcabouço técnico-administrativo e, sobretudo, parceria com agentes capazes de articular interesses nos meandros políticos e econômicos, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

As limitações de rentabilidade impostas pela regulação do setor e as restrições decorrentes da Segunda Guerra Mundial acentuaram a disparidade entre oferta e demanda de energia elétrica no Brasil. Nesse cenário, as controvérsias derivadas de diferentes projetos de desenvolvimento provocavam choques entre Estado e capital estrangeiro, orientando o respaldo fornecido pela CAEEB para os demais componentes do “circuito” (AMFORP e concessionárias brasileiras).

No período pós-Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro foi permeado pelos dilemas entre as pretensões do Estado em propiciar infraestrutura para a continuidade do processo de substituição de importações e a manutenção do interesse das empresas estrangeiras em sustentar investimentos diante da

---

<sup>15</sup> Para aprofundamento sobre a questão, ver: Saes; Loureiro (2012).

## **X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica**

legislação cambial, da lei de remessas de lucros e das incertezas políticas. Em um panorama mais amplo, a reconfiguração da economia mundial atribuiu outro papel ao mercado brasileiro perante os Estados Unidos. Dadas às características de sua formação, o setor elétrico foi por excelência um balcão de barganha entre os dois países, colocando a CAEEB sob o jugo da “cooperação bilateral”. A Companhia conferiu legitimidade ao empreendimento no Brasil e intermediou financiamento para os projetos das associadas, sobrepondo os interesses da multinacional estadunidense às negociações que ocorriam nos gabinetes dos dois países.

As tratativas políticas e transações diplomáticas reconfiguraram o setor elétrico brasileiro nas décadas seguintes, sendo a CAEEB, ao mesmo tempo, agente ativo e passivo na intensificação dos processos de domesticação e de divisão do setor elétrico entre geração, transmissão e distribuição (clivagem). Já na esteira da iminente estatização, a companhia manteve-se em nome da AMFORP sob o holofote dos embates entre nacionalistas e privatistas, que culminaram na expropriação de suas subsidiárias no Rio Grande do Sul (1959) e em Pernambuco (1962), até a derradeira transação de compra pelo governo brasileiro (1963). Disso conclui-se que, além de interligar física e administrativamente os sistemas das concessionárias da AMFORP no Brasil, a CAEEB atuou na integração do setor elétrico brasileiro ao sistema mundial, sendo parte da expansão das multinacionais, dos mecanismos internacionais de financiamento, de projetos de desenvolvimento econômico e das relações diplomáticas vigentes.

### **Referências bibliográficas**

#### **Fontes Primárias**

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY (AMFORP). *Annual Reports for 1930-1939, 1955-1958*. New York, 1930-1958.

COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS. *Balanços e Resultados. Relatórios de diretoria. Atas de assembleias* In: BRASIL. GOVERNO FEREDAL. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1933-1958.

#### **Bibliografia**

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. *Revista EconomiA*. Brasília, v.7, n.4, p.239–275, 2006.

## X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

- BRANCO, Catullo Flaquer. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- BRASIL. Diário Oficial da União. *Despachos do Presidente da República. Do Poder Executivo. Ministério da Fazenda*. Rio de Janeiro, 07 de junho de 1952, p. 9459.
- CACHAPUZ, Paulo Brandi de Barros. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.
- CASTRO, Nivalde José. *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a propriedade pública, 1945-1961*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985 (Dissertação de Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia da UFRJ).
- COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ (CPFL). *Energia e desenvolvimento. 70 anos da Companhia Paulista de Força e Luz*. Campinas, 1982.
- CORRÊA, Maria Letícia. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. Niterói: UFF, 2003 (Tese de Doutorado em História da UFF).
- D'ARAUJO, Maria Celina. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. In: CPDOC-FGV. *E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas*. Série Dossiês, 2004.
- FERREIRA, Ângela; SILVA, Alexandre da; SIMONINI, Yuri. A penumbra da luz: redes técnicas brasileiras e a gestão da AMFORP entre 1952 a 1963. II SIMPÓSIO INTERNACIONAL ELETRIFICAÇÃO MODERNIZAÇÃO SOCIAL, 2013, São Paulo.
- HAUSMAN, William; NEUFELD, John. The rise and fall of the American & Foreign Power Group: a lesson from the past? *The electricity journal*, v. 10, n. 01, p. 46-53, 1997.
- HAUSMAN, William; HERTNER, Peter; WILKINS, Mira. *Global electrification. Multinational enterprise and international finance in the history of Light and Power, 1878-2007*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- IANNONE, Roberto Antonio. *Evolução do setor elétrico paulista*. São Paulo: USP, 2006 (Tese de Doutorado em História Econômica da USP).
- LANCIOTTI, Norma; SAES, Alexandre Macchione. La regulación de los servicios de electricidad en Argentina y Brasil (1890-1962). *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 21, n. 2 (45), p. 409-447, 2012.
- LIMA, José Luiz. *Estado e setor elétrico no Brasil: do Código de Águas à crise dos anos 80, 1934-1984*. São Paulo: USP, 1989 (Tese de Doutorado da USP).
- LORENZO, Helena Carvalho de. *Eletrificação, urbanização e crescimento industrial no estado de São Paulo, 1880-1940*. Rio Claro: UNESP, 1993 (Tese de Doutorado em Geografia da UNESP).
- SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru: Edusc, 2010.
- SAES, Alexandre Macchione. Energia Elétrica e Diplomacia: relações Brasil-EUA no setor elétrico brasileiro, 1945-1954. CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE HISTORIA ECONÓMICA, XI, 2014. Madrid.
- SAES, Alexandre Macchione; SASSE, Carla Muller. A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964). *Anuário CEEED*. Buenos Aires, v. 4, n. 4, p. 111-148, 2012.
- SAES, Alexandre Macchione; LOUREIRO, Felipe Pereira. From foreign to state investment in the brazilian electric power sector: the expropriation of the American

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência  
Internacional de História Econômica**

Foreign and Power in Brazil (1959-1965). *Department of Economics – FEA/USP/  
Working Paper Series*. São Paulo, n. 2012-08, 2012

SCALERCIO, Marcio; ALMEIDA, Rodrigo de. *Eugenio Gudín. Inventário de flores e  
espinhos. Um liberal em estado puro*. Curitiba: Insight, 2012.

VIANNA, Sérgio Besserman. *Política econômica externa e industrialização, 1946-1951*.  
In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica  
republicana – 1899-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 105-119, 2014.